



CÂMARA MUNICIPAL
NOVA LIMA

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

Referência: Projeto de Lei nº 2544/2025

Ementa: “Declara utilidade pública a entidade associação RAMA – Rede de Apoio de Mães Atípicas e dá outras providências.”

1ª. Relatório.

Encaminho a esta Comissão de Legislação e Justiça para análise parecer referente ao **Projeto de Lei nº 2.544/2025**, de autoria do Vereador Danúbio Machado e coautoria do Vereador Wesley de Jesus, cuja ementa está acima transcrita.

Devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designado relator e é nessa condição que passo a fundamentar o presente parecer.

2ª. Fundamentação

Fundamentação do Parecer
Resumo do Projeto: Declara utilidade pública e entidade Associação RAMA, para tanto, acosta em anexo a proposição e documentação necessária. Como justificativa, o(a) autor (a) expõe que: A presente proposição visa oferecer ressaltar a importância de valorizar entidades como a RAMA, e contribuir para a construção de uma comunidade mais digna e solidária. Não foi apresentado pedido de diligência ou visita técnica.



CÂMARA MUNICIPAL
NOVA LIMA

Da Constitucionalidade.

Após detida análise dos aspectos constitucionais da proposição legislativa, é possível depreender que ela se enquadra no rol de competências municipais, conforme disposto no artigos 30, I e II e 61 da CRFB/88 que tange ao mérito da proposição, depreende-se que o projeto se encontra adequado com os preceitos constitucionais, inexistindo qualquer óbice ao seu prosseguimento.

Por todo o exposto, concluo pela Constitucionalidade do Projeto de Lei nº 2544/2025.

Da Legalidade.

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Quanto a este ponto, está de acordo com o ordenamento jurídico e não apresenta qualquer violação à legislação vigente sobre o tema.

Por todo o exposto, concluo pela Legalidade do Projeto de Lei nº 2544/2025.

Da Regimentalidade

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os arts. 150, 151, 152 e 153 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Lima.



CÂMARA MUNICIPAL
NOVA LIMA

Por todo o exposto, concluo pela regimentalidade do Projeto de Lei nº 2544/2025.

3º Conclusão:

Ante o exposto, após detida análise dos aspectos constitucionais, legais e regimentais da matéria, esta Relatoria entende que a proposição em apreço atende aos preceitos normativos que regem o processo legislativo, não se verificando vícios que impeçam sua tramitação. Assim, manifesta-se pela sua constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, emitindo parecer favorável ao regular prosseguimento da iniciativa no âmbito desta Casa Legislativa

É o Parecer, S.M.J.

Paço do Legislativo, Dr. Sebastião Fabiano Dias, em 30 de maio de 2025.



Anísio Clemente Filho

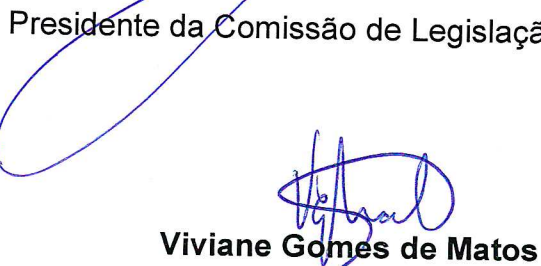
Relator

De acordo:



Joselino Santana Dias

Presidente da Comissão de Legislação e Justiça



Viviane Gomes de Matos

Vice-presidente da Comissão de Legislação e Justiça